

AS VOZES ENUNCIATIVAS NOS TEXTOS PRODUZIDOS POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

ALVES, Elza Maria Silva de Araújo¹
elza.alves29@yahoo.com.br

FABIANO, Sulemi²
sulemifabiano@yahoo.com.br

Este trabalho tem como objetivo analisar o gerenciamento das vozes enunciativas na escrita dos estudantes que estão concluindo o Ensino Fundamental. O *corpus* investigado é constituído de textos (cartas argumentativas), produzidos por alunos na disciplina Língua Portuguesa durante o ano de 2010, numa escola pública municipal de Natal-RN. A pesquisa fundamentou-se nos pressupostos teóricos de Bronckart (1999), no que concerne ao gerenciamento das vozes enunciativas e nas pesquisas de Adam (2008), no que se refere à responsabilidade enunciativa dos enunciados. Os resultados apontam que, na maioria dos textos analisados, a voz do autor (do aluno) não apareceu. Ou seja, não há posicionamento do produtor do texto. Nesse caso, o posicionamento do aluno. Nos textos não há avaliações, ponderações, reflexões sobre o conteúdo temático, competências características de quem está no centro da cena enunciativa, como autor do texto. Isso pode ter acontecido devido à forma como vêm sendo ministradas as aulas de produção textual; muitas vezes descontextualizadas, não permitindo que a voz do autor do discurso entre em cena na instância de enunciação.

PALAVRAS-CHAVE: textualidade; gerenciamento de vozes; responsabilidade enunciativa.

INTRODUÇÃO

Apresentaremos neste artigo uma pesquisa, fruto das investigações realizadas pelo Grupo de Estudo do Texto e do Discurso – GETED/UFRN, acerca da questão do discurso como entidade polifônica, entrecruzado por diversas vozes, pelo já-dito, pelo *interdiscurso*. Essas vozes, segundo Bronckart (1999, p. 327) é a instância geral de enunciação que assume diretamente a responsabilidade do dizer. Elas podem ser ordenadas em três categorias gerais: vozes do personagem, aquelas que provêm de seres humanizados, ou de entidades humanizadoras; vozes de instâncias sociais que procedem de personagens, grupos ou instituição, e voz do autor, aquela que procede diretamente

¹ Aluna da Pós-Graduação Lato Sensu em Linguística e Ensino de Língua Portuguesa – UFRN e integrante do GETED

² Orientadora Professora Doutora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos do Texto e do Discurso/GETED e integrante do e Grupo de Estudos e Pesquisa Produção Escrita e Psicanálise – GEPPEP/USP.

da pessoa que está na origem da produção textual e que intervém para comentar ou avaliar alguns aspectos do que é enunciado.

Investigaremos também a responsabilidade enunciativa ou o ponto de vista do enunciado realizado por um enunciador, que de acordo com Adam (2008, p. 110 - 113), é esse quem permite dar conta do desdobramento polifônico dos enunciados; quem assume a responsabilidade enunciativa e está na origem da enunciação. O sentido de um enunciado (o dito), nesse contexto, é inseparável de um dizer. Isto é, de uma atividade enunciativa significativa que o texto convida a (re) construir.

O objetivo da pesquisa foi analisar o gerenciamento das vozes enunciativas na escrita dos textos produzidos por alunos do ensino fundamental. O *corpus* analisado faz parte de uma coletânea de textos produzidos por alunos de uma escola pública municipal de Natal. Essa coletânea é composta de diversos gêneros textuais. Entretanto, escolhemos para investigação e análise da escrita, objeto dessa pesquisa, o gênero carta argumentativa, uma vez que nesse gênero predomina a sequência argumentativa, na qual há o posicionamento subjetivo do autor. Isto é, o autor do texto faz suas reflexões e avaliações sobre o tema tratado. Selecionamos, assim, 10 textos para analisar o gerenciamento das vozes enunciativas e a responsabilidade enunciativa. Organizamos os trechos retirados desses textos em dois quadros: quadro (1), composto de vozes sociais, e quadro (2), composto de voz do personagem. Realizamos as reflexões acerca dos mecanismos enunciativos que incluem a distribuição de vozes e verificamos as categorias enunciativas presentes nos textos, que por sua vez, são responsáveis pela enunciação discursiva. O texto que serviu de norte para a produção escrita dessas cartas, foi um artigo de opinião publicado na revista *Istoé* de abril, 2010, sobre tema: “*Há ainda preconceito no Brasil?*”.

A ABORDAGEM DAS VOZES ENUNCIATIVAS SEGUNDO BRONCKART

Segundo Bronckart (1997, p.156) os mecanismos enunciativos contribuem para o estabelecimento da coerência pragmática do texto (texto visto como uma sequência de atos de fala), e ao mesmo tempo trazem à tona as avaliações, os julgamentos, opiniões, sentimentos, que podem ser formulados a respeito de um ou outro aspecto do conteúdo temático, e as instâncias que são responsáveis por tais avaliações. Para esse autor, este mecanismo inclui a análise de dois aspectos: a distribuição das vozes e a marcação das modalizações, que, embora distintos, convergem para os mesmos resultados. Ou seja, a responsabilidade do que se enuncia.

A aprendizagem de gerenciamento de vozes é de suma importância, tanto para o processo de ensino e aprendizagem da leitura como da produção de textos, porque é ela quem permite ao aluno ser autor de seu próprio texto, agente da ação da linguagem que se concretiza no texto empírico. Possibilita, ainda, ao estudante decidir sobre o conteúdo temático a ser semiotizado, a escolher um modelo de gênero adaptado à sua situação de comunicação, a selecionar e organizar os tipos de discursos, a gerenciar os diversos mecanismos de textualização. Nesse contexto, o aluno passa a ser agente da linguagem e autor do seu texto. Na verdade, ele passa a ser o responsável pelo que escreve.

Vejamos o que diz Bronckart (1999, p. 156) a esse respeito:

Uma oportunidade de se tomar conhecimento das diversas formas de posicionamento e de engajamento enunciativos construídos em grupo, de se situar em relação a essas formas, reformulando-as, o que faz

com que esse processo contribua, sem dúvida alguma, para o desenvolvimento da identidade das pessoas.

Nesse sentido, para que o aluno, como autor de seu texto, empreenda uma ação de linguagem é necessário que ele mobilize um amplo conjunto de conhecimentos que possui subconjuntos de representações, concernentes ao contexto físico e social de sua intervenção, ao conteúdo temático que nela será mobilizado e o seu próprio estatuto de agente. E como todos os conhecimentos são constituídos na interação com as ações e com os discursos dos outros, mesmo quando parte de reorganização singular, sempre trazem trações da alteridade constitutiva; uma vez que as representações disponíveis no autor sempre integraram as representações do outro, no sentido de que se constituem ações interativas, que se confrontam e se negociam, apresentando um caráter dialógico, como diz Bakhtin (1992, p. 125).

O confronto entre as representações pessoais com as representações do outro não se efetua apenas no “espaço mental” do autor. Exige um espaço mental comum e coletivo. É isso que dá origem aos mundos discursivos. Esses espaços mentais comuns e coletivos estão relacionados à atividade de linguagem, que devido “à sua própria natureza semiótica, baseia-se necessariamente na criação de mundos virtuais” (Bronckart, 1999, p. 151). Desse modo, de um lado temos o mundo “real” representado pelos agentes humanos (mundo do autor empírico) e do outro, o mundo criado pela linguagem (mundo discursivo). Mesmo que todas as representações mobilizadas pelo autor na hora de empreender uma ação de linguagem estejam localizadas no mundo do autor empírico, é no mundo discursivo que se processam as operações de responsabilidade enunciativa. Assim, a voz do autor é “apagada” e substituída por uma instância geral de enunciação, que segundo Bronckart (1999, p.151) consiste no textualizador: voz “neutra”, que pode se configurar em narrador, quando o discurso mobilizado for da ordem do narrar, e expositor, quando for da ordem do expor.

É na instância geral (coletiva) que se processa o gerenciamento das vozes enunciativas que se encontram presentes no discurso. De acordo com Bronckart (1999, p.327) vozes são “entidades que assumem (ou às quais são atribuídas) a responsabilidade do que é enunciado”. Geralmente é a instância geral de enunciação que assume a responsabilidade do dizer. Entretanto, em alguns casos, a instância de enunciação pode pôr em cena uma ou várias outras vozes, isto é, vozes secundárias que se agrupam em três categorias:

Vozes de personagens	<ul style="list-style-type: none">• Vozes de seres humanos ou entidades humanizadas, implicadas na qualidade de agente.• Segmentos de texto na 1ª pessoa gramatical: fusão do narrador/expositor e da voz que este põe em cena – o narrador assume, de algum modo, seu personagem.• Segmentos de texto na 3ª pessoa gramatical: manutenção da distinção entre narrador/expositor e a voz secundária posta em cena.
Vozes sociais	<ul style="list-style-type: none">• Vozes de personagens, grupos ou instituições sociais que não intervêm como agentes no percurso temático de um segmento textual, mas que são mencionadas como instâncias externas de avaliação

	de alguns aspectos desse conteúdo temático.
Voz do autor	<ul style="list-style-type: none"> • Voz que procede da pessoa que está na origem da produção textual e que intervém, como tal, para comentar ou avaliar alguns aspectos do que é enunciado.

Quadro de Vozes Enunciativas segundo Bronckart (1999, p.327).

Tomaremos como norte para nossas reflexões com relação às vozes enunciativas constantes nos textos dos alunos, o quadro acima exposto.

Observaremos a seguir o que Adam (2008) afirma acerca da responsabilidade enunciativa dos enunciados.

A ABORDAGEM DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA DOS ENUNCIADOS SEGUNDO JEAN-MICHEL ADAM

A pesquisa também está ancorada nos pressupostos teóricos de Adam (2008), no que concerne ao ponto de vista anônimo da opinião comum como introdutores mais específicos que marcam uma zona textual sob a dependência de uma fonte do saber (mediação epistêmica) ou de percepção (mediação perceptiva). Assim, os enunciados podem não ser assumidos pelo locutor-narrador.

A responsabilidade enunciativa de uma proposição pode ser marcada em Adam (2008 p. 117 - 120) por categorias chamadas de “aparelho formal de enunciação”. Essas categorias são organizadas da seguinte forma:

Os índices de pessoas	Os pronomes pessoais e os possessivos marcadores de pessoa (<i>meu, teu, vosso, seu</i>).
Os dêiticos espaciais e temporais	Compreendem uma referência absoluta (precisa vaga) ou uma referência ao contexto (anafórica) ou uma referência relativa ao contexto (situacional). Englobando elementos que fazem referência a situação na qual o enunciado é produzido: advérbios (ontem, amanhã), grupos nominais (<i>esta manhã</i>), grupos preposicionais (em dez segundos), certos pronomes (pensa em <i>mim</i>), certos determinantes (<i>minha</i> chegada).
Os tempos verbais	Correspondem a diferentes tipos de localização relativamente à posição do enunciador e repartem-se em diversos planos de enunciações. (oposições constatadas anteriormente entre o presente e o futuro do pretérito ou entre o presente de verdade generalizada e o par pretérito imperfeito-pretérito perfeito).

As modalidades	Modalidades sintático-semânticas maiores (téticas: asserção e negação; hipotéticas: real e ou ficcional; hipertéticas: exclamação). Modalidades objetivas (<i>dever, ser preciso</i>), intersubjetivas (<i>imperativo, pergunta, dever</i>), subjetivas (<i>querer, pensar</i>). Verbos de opinião, advérbios de opinião; lexemas afetivos, avaliativos e axiológicos. Três tipos de unidades gramaticais entram nessa categoria textual: o advérbio, o grupo preposicional, a proposição subordinada. Enquanto os modalizadores de enunciação incidem sobre o dizer, os modalizadores de enunciado incidem sobre o dito.
Os diferentes tipos de representação da fala das pessoas ou dos personagens	Gera tensão de uma continuidade enunciativa da narração e rupturas que toda fala introduz. A descontinuidade é marcada pelo discurso direto e não marcada pelo discurso direto livre, e atenuada pelo discurso indireto e do discurso narrativizado. O discurso indireto livre introduz uma representação mais complexa da fala.
As indicações de quadros mediadores	Marcadores como <i>segundo, de acordo, com e para</i> ; modalização por um tempo verbal como o futuro do pretérito. Escolha de um verbo de atribuição de fala como <i>afirmam, parece</i> ; reformulações do tipo (é) <i>de fato, na verdade</i> ; oposição do tipo: <i>alguns pensam (ou dizem) que X, nós pensamos (dizemos) que Y</i> etc.
Os fenômenos de modalização autonímica	Enunciação marcada por aspas ou itálico.
As indicações de um suporte de percepção e de pensamento relatado	Efeitos de ponto de vista que repousam numa focalização perceptiva (<i>ver, ouvir sentir...</i>) ou numa focalização cognitiva (<i>saber ou o pensamento representado</i>).

Quadro das Categorias Enunciativas conforme Adam (2008, p.117- 120).

Entre as categorias enunciativas descritas no quadro acima, utilizaremos para análise os índices de pessoas, os dêiticos espaciais e temporais, os tempos verbais e as indicações dos quadros mediadores que marcam o grau de responsabilidade enunciativa do autor (aluno) dos textos.

ANÁLISE DOS DADOS

Nessa parte apresentaremos a análise dos dados. Entretanto, é necessário explicitar que os dados constantes no quadro 1, intitulado Vozes sociais e no 2: Vozes de personagens, são trechos dos textos escritos pelos alunos a partir da leitura de um texto publicado na revista *Istoé*, em abril de 2010.

VOZES SOCIAIS

1) Há alguns anos se dizia que não existia preconceito no Brasil ;
2) Os dados comprovam nas pesquisas que existem preconceito no Brasil ;
3) Apesar da pesquisa feita na reportagem do antigo editor da revista “Raça” ;
4) Pesquisadores confirmam a tese de que há preconceito no Brasil ;
5) Antigamente se diziam que as únicas pessoas que sofriam com o preconceito eram os negros ;
6) Como diz a reportagem ainda há preconceito no Brasil;
7) Ainda há preconceito no Brasil e sempre vai existir, como está na revista ;
8) Há pesquisa e há comprovação , mas infelizmente ainda há comparações, diferenças e ignorância;
9) Pesquisas mostram que todos são semelhantes, mesmo assim existe pessoas preconceituosas;
10) Ainda há preconceito no Brasil, como diz a revista , regional, de geração, de classes.

Quadro 01 Vozes Sociais – trechos retirados da coletânea de textos em análise

Observaremos, aqui, os trechos retirados do quadro (1) para analisar segundo o que Branckart (1999) institui como mecanismos de distribuição de vozes que são responsáveis pela coerência pragmática do texto.

- (2) *“Os dados comprovam nas pesquisas que existem preconceito no Brasil”.*
- (3) *“Apesar da pesquisa feita na reportagem do antigo editor da revista “Raça”.*
- (4) *“Pesquisadores confirmam a tese de que há preconceito no Brasil”;*
- (6) *“Como diz a reportagem ainda há preconceito no Brasil”.*
- (7) *“Ainda há preconceito no Brasil e sempre vai existir como está na revista”;*
- (8) *“Há pesquisa e há comprovação, mas infelizmente ainda há comparações, diferenças e ignorância”.*
- (9) *“Pesquisas mostram que todos são semelhantes, mesmo assim existe pessoas preconceituosas”*
- (10) *“Ainda há preconceito no Brasil, como diz a revista”.*

Percebemos que todas as partes das sequências enunciativas em destaque acima são remissões ao discurso que está presente no texto fonte, revista *Istoé*, 2010. Isso comprova que essas vozes não são do autor, mas sim vozes que surgem para explicar, para dar sustentação ao que se vai dizer. São vozes, na nossa concepção, sociais, porque elas são mencionadas como instâncias externas de avaliação.

Dando continuidade à análise, também constatamos que os fragmentos destacados dos trechos do quadro (1), quando se afirma: (1) “Há alguns **anos se dizia que não existia preconceito no Brasil**” e que (5) “**Antigamente se diziam que as únicas pessoas que sofriam com o preconceito eram os negros**” podem ser considerados vozes sociais porque são procedentes de um grupo (o uso de *se dizia/se diziam/ faz-se* alusão a um grupo de pessoas) que acredita em acontecimento passado, ou seja, faz-se referência ao tempo passado.

De acordo com as pesquisas de Adam (2008), o grau de responsabilidade enunciativa nos dois exemplos (1 e 5), citados anteriormente, são marcados pela categoria tempo verbal pretérito imperfeito do indicativo (*dizia, existia, diziam, sofriam*), opondo-se a um presente de verdade generalizada; e corresponde ao tipo de localização relativa à posição do enunciador. Nesse caso, há uma oposição entre o que “*se dizia*” e “*e o que se tem*”, embora não tenhamos colocado aqui o prosseguimento dos enunciados, mas pela sintaxe semântica dos atos de fala, inferimos que a enunciação poderá aparecer na instância enunciativa seguinte. O pronome “se”, nesses exemplos, indetermina o sujeito, e conseqüentemente, institui uma voz social.

Com relação às indicações de quadros mediadores de oposição do tipo *alguns pensam (ou dizem), nós pensamos (dizemos)*, temos oposição entre o que *“dizia antigamente”* e o que *“se diz hoje”*.³

Nos exemplos (1, 2, 4, 6, 7 e 10) há as categorias enunciativas denominadas de dêiticos espaciais e temporais que servem para fazer referência à situação a qual o enunciado é produzido. Nesses exemplos temos os advérbios (*hoje, ainda, no Brasil, antigamente*).

Nos exemplos (4, 6, e 10) há verbos de atribuição de fala (*dizer, confirmar*) que demonstram a instituição de uma voz social que serve de norte, de comprovação para o que se vai dizer. Nos outros exemplos (2, 3, 7, 8, 9) a marcação enunciativa aparece através de informações que servem para sustentação para a proposição.

A seguir, apresentaremos o quadro (2) denominado de vozes de personagens, o qual contém trechos dos textos em análise. Instituímos esse nome porque, de acordo com nossa visão, as vozes não provêm do autor, apesar de a maioria estar escrita no discurso de 1ª pessoa do plural. Não provêm do autor, uma vez que não há o seu posicionamento. O expositor se “veste” de um personagem para fornecer ponderações genéricas.

VOZES DE PERSONAGENS PRESENTES NO TEXTO

1) Todos somos iguais, seja branco ou negro, mas muitos acham que não;
2) Nós seremos humanos temos opinião diferentes, e outros criticam porque não pensamos iguais;
3) Temos que nos defender se não isso nunca vai acabar;
4) Temos que tratar as pessoas como nossos irmãos, seja ele rico, pobre ou negro;
5) Nós, leitores e cidadãos de bem não devemos ter preconceito;
6) No mundo atual em que nós, seres humanos, vivemos, devemos ter um pouco mais

³ Observe os exemplos 1 e 2 no quadro de vozes sociais.

de paciência;
7 Percebo a cada dia mais que há preconceito no Brasil;
8 Aqui no Brasil precisamos acaba com isso;
9) O preconceito não nos leva a nada.

Quadro 2: Vozes de personagens – trechos retirados da coletânea de textos

No segundo quadro a voz do personagem é inferível nos exemplos (1 a 9), uma vez que Bronckart (1999 p. 328) afirma que a voz secundária de um personagem pode proceder de segmento de textos, ou na primeira pessoa (eu/nós), ou na terceira (ele). É que percebemos no exemplo (7) do quadro (2); “*Percebo a cada dia mais que há preconceito no Brasil*”, em que o verbo está conjugado na 1ª pessoa do singular (*eu percebo*) e nos exemplos que seguem, os verbos estão conjugados na 1ª pessoa do plural.

- 2) *Todos **somos** iguais, seja branco ou negro, mas muitos acham que não.*
- 3) ***Temos*** que nos defender se não isso nunca vai acabar.
- 4) ***Temos*** que tratar as pessoas como nossos irmãos, seja ele rico, pobre ou negro.
- 5) *Nós, leitores e cidadãos de bem não **devemos** ter preconceito.*
- 6) *No mundo atual em que nós, seres humanos, **vivemos**, **devemos** ter um pouco mais de paciência.*
- 8) *Aqui no Brasil **precisamos** acaba com isso.*

Os enunciados destacados representam fundamentalmente marcadores de identidade. Neste sentido, mostram um processo suplementar de fusão da voz do expositor e da voz que põe em cena. O expositor assume, de algum modo, o seu personagem, já que emite um ponto de vista subjetivo. E no trecho (9) o marcador de identidade é apresentado através do pronome (*nos*) em “*O preconceito não **nos** leva a nada*”. Assim podemos concluir que se trata de vozes de personagens.

A partir do que Adam (2008) institui como marcadores de responsabilidade enunciativa, os exemplos: (5) “**Nós, leitores e cidadãos de bem não devemos ter preconceito**”; (6) “**No mundo atual em que nós, seres humanos, vivemos, devemos ter um pouco mais de paciência**”; os marcadores são fixados pelos índices de pessoas (*nós*); e nos, exemplos: (3) “**Temos que nos defender se não isso nunca vai acabar**”; (9) “**O preconceito não nos leva a nada**”, são marcados pelo índice de pessoa (*nos*). No exemplo (4) “**Temos que tratar as pessoas como nossos irmãos, seja ele rico, pobre ou negro**”, é marcado pelo pronome (*nosso*).

As modalidades intersubjetivas (*imperativa*) se evidenciam nos enunciados de flexão imperativas com o verbo **dever**, indicando uma obrigação nos exemplos: (5) “... não **devemos** ter preconceito”; e (6) “...**devemos** ter um pouco mais de paciência”; e nos trechos: (3) “**Temos** que nos defender se não isso nunca vai acabar”;(4) “**Temos** que tratar as pessoas como nossos irmãos, seja ele rico, pobre ou negro”; o verbo “*ter*” aparece com um sentido de “*dever*”.

A partir do que foi exposto nessa seção, inferimos que nos textos analisados não há assunção da responsabilidade enunciativa dos alunos, apesar deles exprimirem um ponto de vista tanto indiretamente quando fazem remissão ao texto da revista *Istoé*,

copiando trechos desse suporte de comunicação, quando tentam imprimir comentários a respeito do tema, se valendo de opinião subjetiva e ao mesmo tempo de cunho geral. Ou seja, se utilizaram ora, de vozes sociais, ora de vozes de personagens. Não houve o posicionamento do autor, nem a sua voz. Embora as proposições apareçam marcadas pelas unidades da língua, elas são repetições de dizeres de outros. Por isso, o grau de responsabilidade se torna quase responsabilidade. (Adam, 2008 p.153)

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Os dados investigados mostram que os alunos não conseguem se posicionar frente ao que escrevem nem ao que defendem. Isto é, a voz do autor: aquele que analisa e avalia os fatos não aparece nos textos escritos. Os alunos tendem a utiliza-se de vozes sociais, quando se apropriam de um parâmetro geral para tratar o conteúdo. Mencionam segmento textual externo para avaliar alguns aspectos do tema tratado, se valem de argumentos já ditos para justificarem os seus dizeres. Outras vezes, se utilizam da voz de um personagem, recorrendo a segmentos de texto em primeira pessoa, pondo em cena a voz de um narrador/expositor.

Neste sentido, o trabalho realizado com a produção de texto não permitiu que os estudantes interagissem com o outro: aquele que constitui o discurso, para, então, formular suas considerações sobre o conteúdo temático em foco, uma vez que essa atividade, apesar de ter sido realizada a partir da leitura de um texto fonte, artigo de opinião da revista *Istoé* (abril/2010), o aluno não foi orientado a emitir sua opinião, a ponderar, a avaliar sobre o tema tratado; mas, sim, a ler o texto e tê-lo como base para a escrita da carta argumentativa. Enfatizou-se mais a estrutura e o modelo de uma carta argumentativa, em detrimento da escrita.

Como afirma Bronckart (1999, p. 338) para a escrita ser significativa é necessário que “a atividade de linguagem seja, ao mesmo tempo; o lugar e o meio das interações sociais constitutivas de qualquer conhecimento humano; é nessa prática que se elaboram os mundos discursivos que organizam e semiotizam as representações sociais do mundo”.

Assim, o trabalho realizado com a produção textual não contemplou os mecanismos de textualização que conferem a coerência temática do texto e nem os mecanismos enunciativos que dão a esse uma coerência pragmática ou interativa. As atividades de linguagens aqui explicitadas não possibilitam as interações sociais constitutivas de qualquer conhecimento. Isto porque os quadros (1 e 2) não apresentam voz do autor, o posicionamento discursivo não foi efetivado. O maior número de alunos se limitou a expor fatos já mencionados no texto fonte ou então se apropriou, ou seja, se utilizou de uma voz secundária para expor o tema em foco.

Desse modo, as atividades de escrita devem ser um processo de escrita e reescrita. Não há dúvida que a voz do outro deve permear o discurso de quem escreve. Entretanto, não deve ser única. A voz do autor no texto é quem configura a coerência pragmática, é quem demonstra o posicionamento discursivo sobre o conteúdo pragmático, é quem acrescenta outro significante ao que está sendo dito.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual:** introdução à análise textual dos discursos. Revisão técnica Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. – São Paulo; Cortez, 2008.

_____. **Análises textuais e discursivas:** metodologias e aplicações/Ute Heidmann, Dominique Maingueneau; Maria da Graças Soares Rodrigues, João Gomes Neto, Luis Passeggi (orgs.), - São Paulo; Cortez, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos:** por um interacionismo sócio-discursivo. Trad. Anna Rachel Machado, Pericles Cunha, - São Paulo: EDUC, 1999.